

**TRADUÇÕES TRANSGRESSORAS: A IMPORTÂNCIA DA
TRADUÇÃO NÃO OFICIAL SOCIAL¹ DE TEXTOS DE AUTORIA
NEGRA PARA O AMBIENTE ACADÊMICO***Adélia Mathias²*

RESUMO: Existe, no Brasil, uma carência de traduções de autores negros da diáspora e essa defasagem desfavorece a pluralidade epistêmica da academia que, por sua vez, continua seguindo padrões eurocêntricos e hegemônicos. A entrada de um maior contingente de estudantes negros/os nas universidades públicas brasileiras vem impulsionando um diálogo cada vez maior com teorias e literaturas africanas e afrodiaspóricas. Com isso, questões sobre tradução, empoderamento e contribuições acadêmicas desses novos agentes e suas demandas são trabalhadas no presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE: autoria negra; tradução social; empoderamento; literatura da diáspora; diversidade.

ABSTRACT: There is a need for translations of black diaspora authors in Brazil, and this void undermines the epistemic diversity of the academy, which in turn continues to follow Eurocentric and hegemonic patterns. The admission of a significant group of black students into Brazilian public universities pushes for an ever greater dialogue with African and Afro-Portuguese theories and literatures. Thus this paper addresses issues about translation, empowerment and academic contributions of these new agents and their demands.

KEYWORDS: black authorship; diaspora literature; diversity; empowerment; social translation.

Introdução

O tema deste artigo remete a um problema estrutural brasileiro: o racismo. Quando pesquisadoras e pesquisadores abordam temas nos quais o sujeito racializado está em

¹ A Tradução não oficial social é entendida neste artigo como tradução utilizada sem fins comerciais, lucrativos ou de publicação. É feita por pessoas que apenas desejam difundir saber entre seus pares e objetivam compartilhar conhecimento de forma pontual, visando ao empoderamento de pequenos grupos de estudos.

² Doutoranda em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília, pesquisa sobre a Literatura Afro-Brasileira contemporânea, trabalha especialmente com a autoria de mulheres. Membro do Grupo de Estudos Calundu sobre religiões afro-brasileiras e do Grupo de Pesquisa Vozes Femininas UnB/CNPq. Email: adeliamathias@gmail.com

pauta, não é possível se furtar da abordagem do racismo enquanto força estrutural e estruturante na/da sociedade brasileira. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), “As injustiças históricas continuam afetando profundamente a vida de milhões de afro-brasileiros e estão presentes em todos os níveis da sociedade brasileira. Os negros do país ainda sofrem racismo estrutural, institucional e interpessoal”. Embora minha área de atuação seja a literatura, escrever esse artigo é importante porque evidencia a necessidade primária de traduções, para o português brasileiro, de textos literários e também de textos teóricos que fazem tanta falta no ambiente acadêmico, seja para alicerçar as demandas cada vez maiores de uma episteme negra nas universidades, seja para ampliar a diversidade de saberes dentro deste espaço uni(di)verso que deveria ser a universidade.

Abordar a escassez desses textos não significa dizer que não existiram projetos e traduções de livros com autoria negra e/ou com temas caros para a população afro-brasileira, pois, ainda que pontuais, elas figuram no mercado editorial. Para reconhecer a existência dessas iniciativas podemos citar a experiência da editora Ática, que traduziu obras de autoria negra dos anos de 1979 até o início dos anos 1990; a editora Nova Fronteira, que publicou alguns romances africanos; a tradução de alguns dos romances de Toni Morrison e até mesmo romances contemporâneos de autoria mais popular, como os de Chimamanda Adichie e Uzodinma Iweala; ou, então, obras teóricas como *O Atlântico negro*, de Paul Gilroy, *Os condenados da terra* e *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon que, além de terem suas obras já esgotadas e sem reedições, seus exemplares são difíceis de encontrar mesmo em sebos. Entretanto, é preciso levar em consideração o quanto esses são projetos pontuais. Uma vez terminados, deixaram uma grande lacuna nas demandas e evidenciam uma característica do modo operacional da academia brasileira: se traduzem algumas poucas obras da diáspora negra para que se possa dizer que elas existem e o trabalho de traduzi-las também, mas não mantêm constância nem atualização das traduções para que elas tenham força o bastante para modificar o modo como conduzem o mercado de produção e a disseminação de saberes no Brasil.

Os apontamentos e as possibilidades com os quais trabalho neste artigo pedem um pouco mais de publicidade das questões que vêm afetando estudantes negras/os no desenvolvimento de suas pesquisas, as quais habitualmente exigem delas/es um investimento pessoal mais robusto e exaustivo, nem sempre necessário para quem

trabalha com a produção de saberes hegemônicos, pois teorias que corroboram a hegemonia são mais fáceis de serem encontradas e, graças à história educacional da população negra no Brasil, estudantes afro-brasileiros têm menor contato com idiomas estrangeiros durante sua vida estudantil (Gonçalves; Silva, 2000). Também não é objetivo deste texto fechar um raciocínio perfeito, mas levantar questões inquietantes, adversas, desafiantes e pouco compartilhadas nos espaços oficiais de debates acadêmicos: a escassez das traduções de textos escritos de teoria e de literatura de autoria negra.

Pesquisa acadêmica: um lugar de não-negros

A despeito dos últimos 15 anos em que se pode falar sobre um projeto do Estado brasileiro de inserção efetiva de estudantes negras/os no ensino superior, as universidades e as pesquisas desenvolvidas pelos sujeitos nelas inseridos apontavam para uma gama de diversidade extremamente limitada. Teorias, críticas e mesmo o *corpus* de análise de grande parte das diferentes áreas de produção de saber vinham ganhando um tom uníssono, muitas vezes incômodo para as/os próprias/os pesquisadoras/es. Na área de literatura, da qual faço parte, por exemplo, a pesquisadora e professora Regina Dalcastagnè alerta:

Ao interromper suas atividades e abrir um romance, o leitor busca, de alguma maneira, se conectar a outras experiências de vida. Pode querer encontrar ali alguém como ele, em situações que viverá um dia ou que espera jamais viver. Mas pode ainda querer entender o que é ser o outro, morar em terras longínquas, falar uma língua estranha, ter outro sexo, um modo diferente de enxergar o mundo. O romance, enquanto gênero, promete tudo isso a seus leitores – que podem ser leitoras, que têm cores, idades, crenças, instrução, contas bancárias, perspectivas sociais muito diferentes entre si. Portanto, a promessa de pluralidade do romance, um sistema de “representações de linguagens”, nos termos de Bakhtin, envolve não só personagens e narradores(as), mas também seus(suas) leitores(as) e autores(as). Reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de um processo de legitimação de identidades, ainda que elas sejam múltiplas. Daí o estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas. Assim, esta pesquisa tem início com um sentimento de desconforto diante da literatura brasileira contemporânea, desconforto causado pela constatação da ausência de dois

grandes grupos em nossos romances: dos pobres e dos negros (2005, p. 14).

A pesquisa realizada por Dalcastagnè aponta para o caráter hegemônico da literatura brasileira: de 165 autoras/es, 72,7% dos autores são homens; 93,9% são brancas/os; 78,8% têm nível superior e 90,3% são das capitais, sendo que mais de 60% estão no Rio de Janeiro e São Paulo. Esses dados já indicam o problema da falta de diversidade. Ainda assim, estes não deveriam ser definidores da falta de diversidade das personagens, uma vez que o poder de se imaginar como o outro, independentemente das problemáticas que daí poderiam surgir, é um pressuposto da literatura. Entretanto, os dados das personagens ratificam o que os dados de autoria apresentam: das 1.245 personagens, 62,1% (773 em números totais) são homens e 79,8% (994) são brancas.

O trabalho como um todo é bastante consubstancial e nos encaminha para algumas considerações importantes: seja como autoras/es, personagens e/ou pesquisadoras/es, o número de agentes negras/os neste campo é invisibilizado, pois, em pesquisas³ sobre os *Cadernos Negros*⁴, é possível ver uma literatura com autoria afro-brasileira relevante e volumosa, centrada nas diferentes histórias de personagens negras, que revelam a pluralidade e diversidade desses sujeitos e isso, por sua vez, interrompe a ideia de que as poucas personagens negras presentes na literatura tradicional são alegorias perfeitas para estereótipos de toda população afro-brasileira. Essa questão, nesse sentido, interessa a pesquisadoras/es negras/os de áreas distintas, como literatura, análise do discurso, comunicação social, ciências sociais e ciência política, por exemplo.

Em sua pesquisa, também em andamento, Liliam Ramos da Silva, apresenta dados consonantes com os encontrados por Dalcastagnè:

Segundo dados preliminares da pesquisa *Vozes negras no romance hispano-americano* [...] no decorrer do século XIX foram publicados 16 romances que apresentavam protagonistas negros. Destes 16, a produção cubana predomina com 9 textos abolicionistas e, no Brasil, apenas em 2015 será lançada a primeira tradução do primeiro texto publicado: Autobiografia do poeta-escravo por Juan Francisco

³ Como a que tenho desenvolvido no doutorado na área de Literatura e Práticas sociais da Universidade de Brasília, ainda em andamento, com o foco na autoria de escritoras brasileiras negras e contemporâneas.

⁴ Os *Cadernos Negros* são uma série que publicam poesias e contos escritos por afro-brasileiros há quase quatro décadas. Cada edição conta com a colaboração de diferentes escritoras/es, em um formato de produção coletiva. Os *Cadernos* são um importante referencial de escritoras/es, bem como se configuram como um espaço propício ao surgimento de novos talentos da Literatura Afro-Brasileira.

Manzano. Textos importantes como Sab (1841), de Gertrudis Gómez de Avellaneda e Cecilia Valdez (1882), de Cirilo Villaverde, referências obrigatórias em pesquisas sobre o tema, parece que ainda não despertaram o interesse em tradutores e/ou editoras brasileiras (2016, p. 80).

Além disso, constata que, para ser traduzidas para o português brasileiro, obras de argentinos/as, caribenhos/as ou cubanos/as precisam passar primeiro por grandes centros globais, de modo que, antes de virem para um país geograficamente tão próximo, como é o Brasil, a obra precisa passar por Estados Unidos, Espanha ou França, por exemplo, seguindo uma lógica de mercado empobrecedora para leitores/as brasileiros/as, pois, muitas vezes, nos furta de uma tradução direta do idioma nativo da obra. Partindo do princípio de que quanto menos interferência de tradutoras/es, mais próximos do texto original e menos intervenções ideológicas estarão presentes, ter a possibilidade de traduzir textos que passam primeiro por essas grandes potências culturais nos deixa a mercê de modos de ver o mundo muito diferenciados do que poderia ser o de um compartilhamento de epistemologias do sul, para exemplificar, pois nem sempre essa perspectiva e suas sutilezas são captadas por quem vive na Europa ou é uma potência mundial, como os Estados Unidos.

No quesito pesquisadoras/es brasileiras/os negras/os, sujeitos que mais procuram a produção de saber de intelectuais negras/os da diáspora e, por sua vez, trazem essas diferentes maneiras de compreender o mundo para o ambiente acadêmico, o número de estudantes negras/os no nível superior era muito reduzido e ainda hoje não condiz com seu número na sociedade brasileira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2004, apontam que o número de negras/os entre 18 e 24 anos na universidade era de 16,7%; depois das ações afirmativas, dentre as quais figuravam as cotas raciais em universidades públicas, esse número cresceu exponencialmente para 45,5% em 2014 entre o mesmo grupo. Embora tais dados sejam muito relevantes, precisamos lembrar que a desigualdade no nível superior permanece, pois nesse mesmo período o número de brancas/os, entre a mesma faixa etária, nas universidades era de 57,9% e avançou para 71,7%.

Por um exercício de analogia, se para Dalcastagnè a ausência de negras/os na literatura costuma ser creditada à invisibilidade delas/es na sociedade brasileira – fazendo-nos chegar à conclusão de que os grupos sociais hegemônicos são

autorreferenciais e dão prioridade para o falar de si, de suas experiências e suas problemáticas –, penso que o contingente de estudantes brancas/os da universidade também tenha tais preferências e se utilize apenas do material teórico de seus pares. Na minha dissertação comprovo que o número de grupos de literatura voltados para o sujeito negro é irrisório, embora já existam.

Ao procurar o termo “literatura” na grande área de Linguística, Letras e Artes⁵, constatei que, dos 770 grupos do diretório nacional, sete grupos (0,90%) apresentam em sua descrição o estudo de literaturas africanas e afro-brasileiras sem especificação de gênero, um grupo não está atualizado (0,10%) e dois grupos (0,25%) têm como objetivo a literatura de afro-brasileiros/as de um modo geral, também sem especificação de gênero; o grupo não atualizado tem uma descrição e isso não nos permite saber precisamente seu campo de atuação; e não existe ainda nenhum grupo de pesquisa literária voltado especificamente para a mulher negra brasileira, nem no âmbito da representação, muito menos no âmbito da autoria. Os dez grupos de pesquisa encontrados correspondem a 1,29% do total de 100% (770) grupos analisados, uma representação ínfima (Mathias, 2014, p. 12).

Esse fragmento não ignora que autoras negras têm sido estudadas em grupos de pesquisas de escritoras brasileiras, ou que escritoras negras não sejam estudadas nos dois grupos de literatura afro-brasileira; apenas constata a marginalização da mulher negra no campo do simbólico.

Seguindo ainda esta linha de raciocínio, é possível notar o porquê de a tradução de autoras/es negras/os não ter sido um problema tão urgente quanto é neste momento, em que o aumento de estudantes negras/os na graduação e pós-graduação nunca foi tão grande. Para isso, preciso trazer o empirismo do sujeito negro acadêmico que sou e inserir no artigo uma episteme da experiência.

Enquanto pesquisadora negra que atua em uma área cujas bases são diversas e podem se apoiar em múltiplas teorias, tenho dificuldade de encontrar textos de teóricas/os negras/os em português brasileiro na sociologia, na história, na teoria literária, na filosofia, na educação, mesmo existindo autoras que produziram uma robusta contribuição para essas áreas e, para exemplificar, cito mulheres negras teóricas, como

⁵ À época, tal consulta foi realizada na Plataforma da Capes.

Audre Lorde, bell hooks, Patricia Hill Collins, Barbara Smith, Oyèrónké Oyěwùmí, Grada Kilomba, dentre tantas outras. Noto a carência destas traduções de experiências de sujeitos negros, especialmente de mulheres negras, que poderiam auxiliar em nossas perspectivas e produções acadêmicas. Certamente, tais constatações são compartilhadas com tantas/os outras/os pesquisadoras/es, sobretudo negras/os.

Enquanto leitora de literatura tenho grande dificuldade de encontrar livros de autoria negra, sobretudo da América Latina, traduzidos, mesmo sabendo que essas obras têm se destacado como grandes potências para uma literatura a partir do local de enunciação de afrodescendentes, dentre as quais cito Juan Francisco Manzano, com sua *Autobiografía de un esclavo*⁶, e Shirley Campbell Barr, com sua poesia feminista negra bem representada pelo poema *Rotundamente negra*, de livro homônimo, publicado em 2013.

Entretanto, entendo que há um processo histórico que faz pesquisadoras/es negras/os buscarem por essa autoria quase invisível nas universidades, chamado de busca das raízes identitárias, bem ilustrada pelo movimento artístico negro da década de 1970 (Souza, 2005). Esse processo é viabilizado por pessoas negras porque é no saber empírico de seu apagamento enquanto sujeito que se pode supor a existência de um mundo ignorado ou silenciado por espaços majoritariamente brancos. Então, o que não fazia falta nas universidades hoje é buscado como possibilidade de fôlego novo para revisar teorias inadequadas para processos sociais brasileiros, uma vez que ignoravam, e muitas ainda ignoram, um dos grupos raciais mais importantes na formação e no desenvolvimento do país, os sujeitos negros, a saber, africanos/as e afro-brasileiros/as.

Pensando que na história educacional de negras/os brasileiras/os a dificuldade de acesso ao ensino básico de qualidade é um problema histórico, uma vez que nossa educação formal era majoritariamente voltada para a qualificação mínima de mão de obra trabalhadora (Gonçalves; Silva, 2000). O domínio de língua estrangeira, por exemplo, não fez parte, durante muitas décadas, do plano de ensino público, o maior reduto de educação formal de afro-brasileiras/os e, quando finalmente se tornou disciplina no ensino público, tinha como objetivo principal facilitar o manuseio de maquinário

⁶ Obra possivelmente escrita entre 1835 e 1839, que somente teve sua primeira tradução para o português brasileiro em 2015, por Alex Castro. É um marco para a literatura de testemunho de escravizados na América Latina e, a despeito de sua importância para a literatura do continente americano, levou quase dois séculos para ser traduzido.

estrangeiro. Por conseguinte, as/os estudantes que conseguiram chegar às universidades encontravam e ainda encontram uma dificuldade a mais a ser sanada neste momento de sua qualificação. Chegar ao ensino superior com tal defasagem faz a maioria das/os estudantes investir individualmente na proficiência de línguas estrangeiras que lhes permitam ler o cânone exigido pela academia e, muitas vezes, lhes furta a possibilidade de enveredarem por descobertas outras, além do que lhes é apresentado na graduação.

Como as possibilidades nunca podem ser esgotadas há sempre um grupo que consegue reunir os requisitos para seguir outros caminhos para além do que oferece academia, criando novos percursos que acabam sendo o exercício de uma nova forma de produzir saber. Não por acaso, ainda hoje grande parte das teorias de autoria negra ou não ocidentais - leia-se de origem não europeia ou norte americana -, que chegam à universidade, vêm de estudantes que apresentam para suas/seus professoras/es toda uma riqueza de pensamentos ignorados por pesquisadores experientes. Com isso, o que pretendo dizer é que estudantes de graduação negras/os estão produzindo além do que se espera de um/a graduando/a porque trazem consigo necessidades com as quais a universidade não está preparada para lidar e, em uma instância mais elevada, esta acaba por ser uma grande contribuição para oxigenar o processo de pesquisa e descobertas de novas possibilidades de ver, viver, experienciar e produzir saberes sobre o mundo.

Para não permanecerem como ilhas de saber, estudantes negras/os aptas/os para lerem com qualidade, principalmente textos do inglês, francês e espanhol, ou as traduções para essas grandes línguas-polo de difusão de teorias, começaram a criar estratégias de tradução pessoal, muitas vezes não autorizadas, mas com o intuito de difundir os saberes com maior facilidade por seus pares com menor domínio dos idiomas estrangeiros.

A tradução social como estratégia de resistência na pesquisa acadêmica

Chegar em um espaço institucionalmente elitizado e racialmente moldado como ainda são as universidades brasileiras causa um grande impacto na subjetividade de estudantes negras/os, pois historicamente este não é o *Lugar de negro* (livro), como bem pontuam Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982).

Empiricamente, posso dizer que a universidade é um dos espaços mais desafiadores e opressores e, ao mesmo tempo, mais propulsores de mudanças radicais na

vida de um indivíduo afro-brasileiro, em razão da lógica que opera nas universidades, extremamente branca, em que o pensamento de alijamento é muito maior do que o de pertencimento, uma vez que em nenhum dos grandes papéis se espera, ou até mesmo se deseja, a presença de um corpo negro. Com a devida tradução cultural, West apresenta esse dilema nos EUA:

A academia e as subculturas letradas contemporâneas apresentam mais obstáculos para jovens negros intelectuais hoje do que há décadas atrás. Isso acontece por [...] razões básicas. Primeira: as atitudes de acadêmicos brancos na academia diferem daquelas dos seus pares do passado. É muito mais difícil para estudantes negros, especialmente estudantes da graduação, ser levados a sério como intelectuais e acadêmicos em potencial. Contribuem para isso, o *ethos* administrativo de nossas universidades e faculdades (em que menos tempo é gasto com os estudantes) e as percepções vulgares (racistas), estimuladas pelos programas de ação afirmativa que contaminam as relações entre estudantes negros e professores brancos [...]

A tragédia da atividade intelectual negra é que o apoio institucional para tais atividades ainda está engatinhando. A quantidade e a qualidade da troca entre intelectuais negros nunca esteve tão ruim desde a Guerra Civil. Não há um grande jornal acadêmico negro, não existe uma grande revista intelectual negra ou um grande periódico, voltados para intelectuais negros, nem tampouco um grande jornal negro de circulação nacional (1995, p. 3-4).

No Brasil, a questão parece ser um pouco mais sensível porque não existiu um tempo menos difícil para ser intelectual no país. Foi no início dos anos 2000 que um número expressivo de afro-brasileiras/os teve a oportunidade de conseguir o reconhecimento formal de sua intelectualidade. Antes disso, ainda que o movimento negro e as irmandades negras produzissem seus intelectuais, ainda que as/os *griots* continuassem a passar seus saberes por meio da oralidade, essas pessoas nunca foram socialmente reconhecidas como pessoas dotadas de saber e conhecimento o bastante para serem respeitadas e consideradas importantes agentes sociais, ainda que efetivamente o fossem, ao fomentarem o estudo formal, a alfabetização em massa e o empoderamento do movimento organizado de afro-brasileiras/os.

Dentre os desafios já apresentados, cuja raça se mostra o componente essencial, o sentimento de não pertencimento leva estudantes negras/os universitárias/os a aprenderem outras línguas para acompanharem as leituras hegemônicas. O empoderamento de dominar outro idioma, somado à dupla consciência dos sujeitos

diaspóricos do *Atlântico Negro* (Gilroy, 2001), os fazem buscar outras bibliografias para além do que a academia oferece. Nessa busca pessoal, para encontrar textos que não constam nas historiografias oficiais, ou no circuito privilegiado da produção de saber, esses novos agentes trazem para a universidade novas possibilidades, perspectivas e até mesmo epistemologias.

É a partir de questionamentos individuais que uma nova dinâmica se instaura diante da possibilidade de trazer para o debate teorias não traduzidas e desconhecidas pela universidade em seus trabalhos, dissertações e teses. Nessa perspectiva, percebe-se a postura de que a tradução das citações diretas é parte importante para o público leitor do trabalho. Assim, estudantes que começaram aprendendo a ler teoria para embasar suas argumentações passam, aos poucos, a se tornarem tradutores, ainda que limitadamente e sem dominar a teoria da tradução necessária e compatível com o grau de complexidade exigido nas traduções oficiais. Os idiomas mais traduzidos são os dos grandes centros já citados, portanto, inglês, francês e espanhol. Obviamente, algumas vezes não se tem contato com o idioma original de determinadas obras escritas, mas é possível encontrar traduções para uma dessas línguas e, a partir daí, fazer suas próprias traduções com objetivos específicos e pontuais.

Se, durante séculos, a população afro-brasileira foi objeto de estudos, sem possibilidade nenhuma de falar por si nos espaços universitários, ao fazer parte desse jogo social, falar sobre si, seu grupo, suas histórias e suas perspectivas tem se mostrado um trabalho muito elaborado por estudantes negras/os, um dado fácil de notar devido ao aumento no número de teses e dissertações com temática racial nos bancos de dados das universidades que adotam o sistema de cotas raciais.

Na busca pelo entendimento de si enquanto sujeito, as mulheres negras, maioria nas universidades, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014), encontraram nos feminismos e nos Estudos Culturais as teorias com maior consonância com o que buscavam, pois derivam delas os estudos revisionistas e propostas de busca e releitura de clássicos à luz de novas perspectivas.

Uma vez aberta essa possibilidade de atuação, as mulheres negras se depararam com um mundo de teorias afro-estadunidenses dos feminismos e, junto com mulheres não negras, conseguiram negociar espaços de traduções para pequenos grupos de estudos cujos objetivos eram capacitar as integrantes com o que existia acerca do assunto sem que

fossem necessárias tantas décadas, ou mesmo séculos, para que brasileiras tivessem acesso às teorias de pessoas negras da diáspora, sobretudo de mulheres. Os grupos secretos que crescem exponencialmente nas redes sociais ilustram tal afirmação: mulheres tem traçado e desenvolvido estratégias alternativas e cuidadosas de se empoderarem, fortalecendo-se mutuamente e multiplicando formas de circular e trocar saberes não hegemônicos.

Nestes grupos de estudos autoras/es como Deborah King, Stuart Hall, Shirley Campbell Barr, Frantz Fanon, Angela Davis, Audre Lorde, Cornel West, bell hooks, Patricia Hill Collins, Barbara Smith, autores/as das Antilhas e de Cuba, assim como francófonas/os, etc, começaram a ser traduzidos com fins não comerciais. Com a ideia de livre circulação de saber, essas iniciativas que pareciam isoladas cresceram em tal proporção que grupos feministas de fora do ambiente acadêmico, mas dentro da militância social, passaram também a se apropriar desse material. As personagens condutoras desse trânsito são mulheres e homens negros/os, que têm transitado tanto em espaços de lutas sociais do movimento negro quanto nos espaços acadêmicos. Diante do crescimento da demanda e da ferramenta extremamente útil que é a internet, espaços virtuais de compartilhamentos dessas traduções começaram a pulular e quem aprendeu a lidar com essa novidade teve finalmente a possibilidade de ler e armazenar materiais que antes levavam até 100 anos para serem disponibilizados - isso quando eram traduzidos. Há, então, uma espécie de tradução social, com objetivo limitado de acessos a traduções que não se querem comerciais, nem de grande alcance ou duração, pois, na maioria das vezes, esse trabalho importa apenas a um grupo de estudos.

A partir de então, motes empoderadores de Audre Lorde, como “as ferramentas do senhor nunca dismantelarão a casa grande” (e outras variações de traduções livres) ou “não há hierarquia de opressão” são reproduzidos com o mesmo eco nos diferentes sujeitos afro-brasileiros que os encontram pela primeira vez, apesar do passar dos anos, na internet. O conceito de imagens de controle ou imagens controladas, cunhado por Patricia Hill Collins (2000), que explica a importância dos papéis simbólicos das mulheres negras nas artes para a manutenção da sociedade racista e quais as estratégias utilizadas para combatê-las; ou, ainda, o mais recente debate, feito no livro da filósofa nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2011), que coloca conceitos tradicionais do feminismo ocidental em questionamento, são facilmente encontrados na própria *web*, citados em

trabalhos acadêmicos e também em conversas menos formais em ambientes onde grupos negros se reúnem. Tais avanços quanto às teorias de autoria negra só aconteceram graças a esses movimentos individuais e coletivos de tradução acontecendo simultaneamente.

Entretanto, em um dado momento, pessoas não negras começaram a submeter traduções desses textos às revistas acadêmicas. Capítulos de livros teóricos e ensaios de autoras/es negras/os começaram a ser publicados com traduções feitas por um público não negro e tradutoras/es negras/os começaram a notar que, mesmo diante de uma situação em que não procuravam reconhecimento, seus textos estavam sendo apropriados por outras pessoas e seus trabalhos enquanto sujeitos negros eram apagados também.

Essa situação ainda deixa alguns/mas tradutores/as autônomos/as em situação desconfortável, pois a atitude política de pontuar a existência de negras/os capazes de ler e traduzir textos de outros idiomas com qualidade específica, muitas vezes compartilhada apenas pelos afrodescendentes da diáspora, se perde e, mais uma vez, a população afro-brasileira não toma como seu um lugar importante em um ambiente tão eurocentrado. Nesta situação também estão envolvidos outros aspectos, como a autoconfiança e a autoestima, tão minadas cotidianamente nas relações raciais. Por medo ou certa timidez, muitas das nossas traduções não são publicadas, ou não são pleiteadas. Assim, a história oficial mantém os sujeitos brancos como grandes propagadores e multiplicadores do saber, mesmo este que advenha de perspectivas negras.

Tatiana Nascimento, uma das melhores tradutoras de autoras racializadas como bell hooks e Audre Lorde, fala sobre isso em sua tese:

Aconteceu que publiquei um texto traduzido por uma ativista de Brasília, e por algum motivo apaguei os créditos da tradutora. Ela veio me perguntar porque eu tinha feito aquilo, um ato meio automático (já que eu não assinava minhas próprias traduções e garantia o máximo de distanciamento e não responsabilização usando a alcunha “tradução livre” em nota de rodapé), e me disse como era importante que o trabalho das mulheres negras não fosse invisibilizado.

Assim foi que comecei a pensar mais metodológica e epistemologicamente como tradução – a partir da compreensão de que um texto traduzido é uma retessitura, uma retextualização, feita por alguém, feita desde algum lugar, algum contexto político, histórico, étnico, sexual, gerado... Do aspecto coletivo das produções de tradução que eu fazia, fui migrando para uma dimensão mais autoral, em que os textos não só eram traduzidos por mim – mas traduziam muito de quem eu era, de como eu me constituía (2014, p. 19-20).

Diante do que ela nos apresenta, o processo de tradução nos parece ser também um processo no qual as/os tradutoras/es negras/os se reconhecem nos textos, se comunicam com o original e podem passar essa subjetividade que, enquanto sujeitos negros da diáspora, nos é constantemente negada. O *religare* proposto pelas religiões pode ser também exercido nessa prática que conecta diferentes sujeitos da diáspora negra espalhados pelo Atlântico Negro e que carregam consigo um fio condutor em comum. O processo de circulação do texto entre autor/a, tradutor/a e leitor/a negro/a carrega consigo uma carga semântica muito diferente do processo tradicional de tradução, pois compartilha histórias e (re)constrói uma relação de ancestralidade a partir de uma relação bastante inusitada, mas que comunica todo um processo de silenciamento histórico, o qual somente pessoas negras da diáspora conseguem alcançar graças à história de colonização sofrida pelo imperialismo.

Um exemplo de que essa tradução se dá de forma diferente, conforme os sujeitos responsáveis pela tradução e, por isso pode ter resultados diferentes, é apresentado por Jéssica de Jesus quando ela fala sobre a tradução domesticadora do livro *Jubiabá* (1935), de Jorge Amado, para o castelhano:

[...] a tradução domesticadora dos itens gastronômicos (acarajé e abará) que se tornaram “bolo” e “doce de arroz”. Ninguém soube dizer o que virou o que, já que ambos os termos se afastam muito do que, de fato, são os pratos típicos da capital baiana. As escolhas tradutórias se justificam no contexto de facilitação da leitura para o público alvo que, por sua vez, também perdem a oportunidade se encontrarem com a diversidade culinária do mundo. Entretanto, o que mais me chamou a atenção foi a inclusão do adjetivo “primitivos” para descrever os instrumentos musicais. Não há no excerto de Amado essa caracterização, pois entende-se que tais itens estão presentes em contexto brasileiro. Pode-se compreender o grande desafio que a tradução de uma obra tão marcada culturalmente se constitui para o tradutor, porém, ao escolher incluir a palavra “primitivos” ao texto de Jorge Amado, o mesmo revela uma mentalidade exotificadora e racista, uma vez que opta por descrever instrumentos musicais de origem africana e indígena através da marcação da inferioridade no jogo binário e vertical ocidental entre “elaborado”, “avançado” versus “primitivo”, “atrasado”. Assim a tradução acaba reforçando estereótipos de que sujeitos negros estariam mais próximos do rústico, do ultrapassado etc. O tradutor é europeu e não foge à tradição europeia de “traduzir” seu “outro” sempre a partir de seu sistema de valores, re-produzindo *ad nauseum* dicotomias nas quais o que é europeu é superior e o diferente dele mesmo sempre, inferior (2016, p. 4).

Desse modo, podemos ver que a tradução pode apoiar a formação de identidades e/ou estereótipos, tanto por meio da seleção dos textos estrangeiros que serão traduzidos quanto através da adoção de estratégias discursivas para traduzi-los.

Como todo processo social, a tradução de autores negros é complexa, tem seus percalços e não segue de forma linear, entretanto, o mais importante a dizer neste momento é que, assim como o *quilombismo*, de Abdias do Nascimento (1980), a ideia primeira de resistência em conjunto tem norteado as práticas de tradução de textos acadêmicos. Aprendemos historicamente o quanto a atividade coletiva tem força em nossa história, seja pelos próprios Quilombos, pelos *Cadernos Negros*, pelas traduções coletivas e compartilhadas em grupos de estudos, pelos movimentos de mulheres negras, ou pelo Movimento Negro Unificado.

Para os sujeitos negros inseridos na universidade, esta é mais uma forma de resistência a um mundo racializado, que já está dado desde quando nascemos e que é extremamente cruel, deixando poucas alternativas de interação que não pareçam opressivas aos sujeitos não brancos nem nos deixem sempre em situação de inferioridade em relação ao nosso outro. Leitura, compartilhamento e (re)criação de novas perspectivas epistêmicas a partir de outros sujeitos que também vivem literalmente na pele essa condição fazem com que trazer autoras/es negras/os para o ambiente eurocêntrico, que ainda é a universidade brasileira, seja nossa agência dentro de um legado de melhoria de condições de vida para as futuras gerações afro-brasileiras. Simultaneamente, esse processo transforma a nós mesmas/os pela experiência de viver algo proporcionado pelas gerações negras anteriores, cujos trabalhos resultaram, finalmente, em nossa presença em um importante espaço da elite intelectual brasileira.

Traduzir não oficialmente textos de autoria negra para fins acadêmicos tem sido de grande importância como ato de resistência ao racismo epistêmico, tão tradicional no modo de produzir e reconhecer como legítimos determinados saberes em detrimento de tantos outros, forçadamente silenciados, como bem ilustra Kilomba (2016), em sua analogia sobre a máscara de flandres imposta à escrava Anastácia e tantas/os outras/os escravizadas/os, sob o pretexto de evitar o consumo de alimentos, mas que encontra seu intuito mais importante em silenciar de forma extremamente violenta o povo colonizado.

Um cenário em reconfiguração

Quando se procura referências em bibliotecas universitárias brasileiras, físicas ou virtuais, quando se pede às/aos professoras/es destes espaços alguma outra teoria com perspectiva distinta da teoria hegemônica e/ou canônica, já se sabe que a dificuldade de encontrá-la é muito grande, mesmo que não sejam de autoria negra, mas apenas de sujeitos racializados⁷, pois há uma história na consolidação do que é reconhecido como saber legítimo. Essa história não é natural como muitos tendem a acreditar, uma vez que é racionalizada por um saber que se sobrepôs a outros, mas que, de tão repetida e praticada, foi naturalizada a ponto de parecer que a produção e a aceitação do saber sempre foram assim.

Ainda que tenham *insights* de que há algo muito ruim em um espaço acadêmico que privilegia pessoas brancas que, por sua vez, se autorreferenciam, professoras/es e pesquisadoras/es brasileiras/os começam agora a se imporem o bastante com vozes marginais e a reconhecerem que não são tão equivocadas para ficarem de fora de suas análises. Não coincidentemente, essa nova percepção não se dá apenas em virtude de tempos nos quais a entrada massiva de estudantes negros/os na universidade se tornou uma realidade, mas também porque esses sujeitos trazem questionamentos e demandas novas para o então grupo dominante desse espaço elitizado. Uma vez que este não tinha como responder aos questionamentos e muito menos dar conta do que lhe era apresentando, os sujeitos da universidade, estudantes e professoras/es, têm se alertado para o que a pesquisadora Grada Kilomba escreve:

Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, **sobre o que** podemos falar? **Por que** a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito Negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? E o que é que o sujeito *branco* teria que ouvir?

Existe um medo apreensivo de que, se o/a colonizado/a falar, o/a colonizador/a terá que ouvir e seria forçado/a a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do 'Outro'. Verdades que supostamente não deveriam ser ditas, ouvidas e que "deveriam" ser mantidas "em silêncio como segredos". Gosto muito dessa expressão, "mantidas em silêncio como segredos", pois ela anuncia o momento em

⁷ Sujeitos racializados são todas as pessoas que não fazem parte da branquitude que, por sua vez, tem o privilégio de ser compreendida como regra, como norma. Desse modo, qualquer pessoa não pertencente a esse grupo que se autodenomina a medida de todas as coisas é um sujeito racializado.

que alguém está prestes a revelar algo que se presume não ser permitido dizer (o que se presume ser um segredo). Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo.

O medo de ouvir o que possivelmente poderia ser revelado pelo sujeito Negro pode ser articulado com a noção psicanalítica de *repressão*, uma vez que a repressão “consiste em afastar algo e mantê-lo à distância do consciente.” (Freud 1923, p. 17). Este é o processo pelo qual certas verdades só podem existir (na profundidade do oceano, bem lá no fundo) no inconsciente, bem longe da superfície – devido à ansiedade extrema, culpa ou vergonha que elas causam. Imaginem um iceberg flutuando na água azul, todas as verdades reprimidas ainda estão lá, porém imersas e reprimidas na profundidade. Ou seja, o sujeito sabe, mas quer tornar (e manter) o conhecido, desconhecido. (2016, p. 2, grifos da autora).

Quando lidamos com a (não) tradução de autoras/es negras/os na universidade brasileira, temos que reconhecer a existência de mais um aspecto da colonização racial, o racismo epistêmico. Este tem deixado de fora um número cada vez maior de autoras/es negras/os de suas pesquisas, percepções, trabalhos institucionais e, com isso, tem deixado, há décadas, de atender a demandas sociais importantes, pois ignora mais da metade dos sujeitos brasileiros, como se eles não existissem ou não tivessem necessidades diferenciadas.

Entretanto, estudantes negras/os e as questões existenciais que trazem para a universidade têm apontado o quão equivocado e inadequado é o estágio da recusa em reconhecer o preconceito racial na produção de saber, não pelas vias do embate sobre quem está certo ou errado, mas por meio de suas experiências de silenciamento em todos os outros espaços. Essas pessoas desconfiam das teorias já postas e vão atrás de outras abordagens capazes de dar conta de suas experiências e perspectivas. Por meio disso, acabam diversificando os saberes, renovando o próprio processo de produzir conhecimento e circulá-lo e, por fim, apresentam uma nova postura diante de teorias e literaturas ignoradas por falta de interesse ou desconhecimento.

É verdade que o sujeito da branquitude, isto é, pessoas brancas que aproveitam de sua brancura para torná-la um *status* de normatização social, muitas vezes não se interessa em nada além do que lhe mantém como elite de um sistema social, mantendo a hegemonia já posta pelo processo de colonização. Acontece que toda sociedade se transforma no espaço e no tempo e, nesse sentido, discursos contra-hegemônicos que, em outros momentos, eram descartados ou silenciados não podem mais ser contidos, pois cada vez

mais os sujeitos racializados, sobretudo negros, têm se qualificado. Por meio de interações cada vez mais globais, eles têm se qualificado para não mais serem retratados como objetos de estudo sem capacidade de organização e/ou transformação de si, como a visão romântica da donzela que espera ser salva por alguém. Assim, começam a serem finalmente reconhecidos como agentes de suas próprias histórias e agora dotados do poder de serem ouvidos e ouvidos com respeito, como Spivak (2010) diz: é preciso o subalterno ser ouvido para que efetivamente o processo de comunicação seja efetivado com êxito.

Há uma mudança no cenário das traduções de autoria negra e, se em outro momento, era possível negar a existência dessa autoria ou se recusar a traduzir autoras/es negras/os, a entrada de estudantes afro-brasileiras/os nas universidades que o fazem sem precisar da autorização ou tutela de pesquisadores/as e professores/as evidencia a necessidade de uma reconfiguração no modo estrutural de as universidades, sobretudo públicas, incluírem diferentes perspectivas de sujeitos não eurocentrados. Esses sujeitos têm muito a contribuir na problematização e na busca de soluções às novas demandas que elas/es mesmas/os trazem, por serem sujeitos que outrora tinham suas existências e questões ignoradas, como se não existissem ou não fossem importantes o bastante para merecerem ter suas complexidades estudadas como indivíduos compositores de uma comunidade não exotizada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2015*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 14/02/2017.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014.

DALCASTAGNÈ, Regina. “A personagem do romance brasileiro contemporâneo”. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 26, jul-dez. 2005, pp. 13-71, 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/issue/view/269>. Acesso em: 10/02/2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. “Movimento negro e educação”. In: *Revista Brasileira de Educação*. n.15, pp. 134-158, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso em: 11/02/2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34, 2001.

JESUS, Jéssica Oliveira de. “Em busca de uma prática descolonial em tradução: percalços e estratégias”. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/30167461/EM_BUSCA_DE_UMA_PR%C3%81TICA_DE_SCOLONIAL_EM_TRADU%C3%87%C3%83O_PERCAL%C3%87OS_E_ESTRAT%C3%89GIAS. Acesso em: 11/02/2017.

KILOMBA, Grada. “Descolonizando o conhecimento”. Trad. Jéssica Oliveira de Jesus, 2016. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf> . Acesso em: 13/02/2017.

MATHIAS, Adélia Regina da Silva. *Vozes femininas no “quilombo da literatura”*: a interface de gênero e raça nos Cadernos Negros. 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1980.

ONUBR. “Grupo de Trabalho da ONU sobre Afrodescendentes divulga comunicado final sobre visita ao Brasil”. In: ONUBR 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/> Acesso em 14/02/2017.

OYEWUMI, Oyèrónkẹ. *Gender Epistemologies in Africa: Gendering Traditions, Spaces, Social Institutions, and Identities*, edited. Palgrave Macmillan, New York, NY, 2011.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos. *Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos*. 185p. Tese de doutorado – Departamento de Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SILVA, Liliam Ramos da. “A voz do protagonista afrodescendente em romances históricos hispano-americanos: invisibilidade do texto original e algumas (poucas) obras traduzidas no Brasil”. In: *Cadernos de literatura em tradução*. São Paulo, Universidade de São Paulo, n° 16, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115272> . Acesso em: 14/02/2017.

SOUZA, Florentina da Silva. As vozes e seu tempo. In: *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart; Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WEST, Cornel (1999). “The dilemma of the Black Intellectual”. In.: *The Cornel West: reader*. Basic Civitas Books, p. 302-315. Trad. Brulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/276976336/West-O-Dilema-Do-Intelectual-Negro>. Acesso em: 13/02/2017.